**A CORDIALIDADE DE LÉLIO: MACHADO DE
ASSIS NAS *BALAS DE ESTALO***
LÉLIO'S CORDIALITY: MACHADO DE ASSIS
IN "BALAS DE ESTALO"

William Moreno Boenavides¹

Resumo: *Esse trabalho tem como objetivo analisar as crônicas de Machado de Assis publicadas na série Balas de estalo sob o pseudônimo de Lélio. Vincula-se a elas o princípio da cordialidade, conforme Sérgio Buarque de Holanda. No percurso, debate-se a consolidação do gênero crônica na imprensa brasileira e sua constituição como um tipo determinado de escrita, no limite da literatura e do jornalismo. Machado, sob o pseudônimo de Lélio, transforma - através de procedimentos formais - traços constitutivos do gênero crônica, como o tratamento de assuntos cotidianos, a informalidade, a coloquialidade, entre outros, de modo que eles expressem características basilares da sociedade brasileira.*

Palavras-chave: *crônica, Machado de Assis, cordialidade*

Abstract: *This article has the objective to analyse Machado de Assis' chronicles published in Balas de estalo's series with the pseudonym of Lélio. It's Linked to the principle of cordiality, according to Sérgio Buarque de Holanda. In the course it, is debated the consolidation of chronical genre in brazilian press and its constitution as a specific type of writing, in the limits between literature and journalism. Machado, with the pseudonym of Lélio, transforms – through formal procedure – constitutive characteristics of chronicle genre, like the approach of daily subject, informality, colloquiality, among others, making them express base's characteristics of brazilian society.*

Keywords: *chronicle, Machado de Assis, cordiality*

¹ William Moreno Boenavides (UFRGS – Graduado e doutorando pela UFRGS)

A crônica jornalística no séc. XIX brasileiro

Na segunda metade do século XIX brasileiro se dá a transição daquilo que era chamado de folhetim (no que já é bastante comentada a influência francesa dos *feuilletons*) – “um artigo de rodapé sobre as questões do dia – políticas, sociais, artísticas, literárias” (CANDIDO, 1992, p.15) para a crônica jornalística. Foi nesse período que o “uso da palavra [crônica] para indicar relato e comentário dos fatos em pequena seção de jornais acabou por estender-se à definição da própria seção e do tipo de literatura que nela produzia” (COUTINHO, 2013, p. 121). O gênero é visto como dotado de especificidades que o teriam feito se adaptar ao Brasil (CANDIDIO, 1992 e ARRIGUCCI JR, 2001). Seu desenvolvimento vai despontar justamente num momento de grande evidência das contradições próprias da situação periférica em que o contraste com a perspectiva pretensamente modernizante entrava em contraste com a realidade nacional.

[na crônica] afluíam em meio ao material do passado, herança persistente da sociedade tradicional, as novidades burguesas trazidas pelo processo de modernização do país, de que o jornal era um dos instrumentos. O próprio cronista estava assim metido num processo histórico cuja dimensão geral era extremamente complexa e difícil de apreender, tendendo a escapar-lhe, mas cujos resultados muitas vezes discordantes se impunham à sua observação, pedindo tratamento artístico novo. Chamado a se situar diante de fatos tão discrepantes, dá de início a impressão de tateio sobre a matéria moderna no jornal, feita de novidades fugitivas, como se estivesse experimentando a mão. (ARRIGUCCI JR., 2001, p. 57)

Tal comentário sobre a posição histórica do cronista é bastante pertinente, sobretudo se lembrarmos da falta de especialização de mão de obra intelectual no início de nossa formação cultural, que facilitava que uma mesma pessoa atuasse na imprensa, na política, na literatura, no funcionalismo público e, às vezes, no ensino. Tal situação social, flexível por si, aproxima-se à posição do cronista que deve abordar diversos assuntos sem a obrigatoriedade (o que não quer dizer que não pode fazê-lo) de aprofundamento. A perspectiva assumida diante da tarefa permite uma visão de mundo ao mesmo tempo ampla e fragmentada.

A série Balas de estalo e as crônicas de Lélío

Aos poucos a crônica vai ganhando contornos próprios e se tornando

independente do folhetim². No início da década de 1880, uma experiência singular terá espaço na *Gazeta de Notícias*. A série intitulada “Balas de estalo”, publicada de 03 de abril de 1883 a 1887 (RAMOS, 2005, p. 9). As *Balas* representam uma produção única no jornalismo brasileiro até então, no sentido de corresponder a uma escrita coletiva (vários autores escreviam alternadamente a série). Inovadora também foi a forma de venda do jornal *Gazeta de Notícias*, já que não era necessário ser assinante para adquiri-la, exemplares avulsos eram vendidos – a um baixo preço – em diversos lugares, inclusive por meninos que saíam à rua anunciando-o e oferecendo-o (Idem, p. 5). Na série *Balas de estalo*, além dos autores se revezarem nas produções, usavam pseudônimos:

Inicialmente a série contava com a participação dos seguintes pseudônimos: Lulu Sênior (Ferreira de Araújo), Zig-Zag e João Tesourinha (ambos assinados por Henrique Chaves), Décio e Publicola (assinados por Demerval da Fonseca), Lélío (Machado de Assis), Mercutio e Blick (assinados por Capistrano de Abreu) e José do Egito (Valentim Magalhães). Posteriormente, ingressaram Confúcio, Ly e Carolus, todos ainda sem identificação. (RAMOS, In: CHALHOUB, Sidney et alii, 2005, p. 117).

Destacando-se aqui a participação de Machado de Assis nessa série, sob o pseudônimo de Lélío, vale ressaltar que a série de crônicas Balas de Estalo (1883-1887) não contou com a participação de Machado do início ao fim de sua existência. Iniciada em 03 de abril de 1883 e encerrada no início de 1887, a série teve Lélío como um de seus pseudônimos de 02 de julho de 1883 a 22 de março de 1886. Ele começa, portanto, três meses depois do início e finaliza sua participação cerca de meio ano antes do encerramento da série. Seu ingresso se dá juntamente com o de dois novos pseudônimos, Blick e João Tesourinha (sendo o primeiro criado por Capistrano de Abreu, que já utilizava o pseudônimo Mercutio e o segundo por Henrique Chaves³, que já utilizava o pseudônimo Zig-Zag).

Contando com a participação de prestigiados jornalistas e literatos, tais

2 Note-se que os escritos de José de Alencar, *Ao correr da pena*, publicados de 1854 a 1855, ainda são chamados de folhetim, conforme título da seção que ocupou no *Correio Mercantil* e no *Diário do Rio de Janeiro* (cf. ALENCAR, [s.d.], p. 1 e 137).

3 Há uma discordância aqui. Para Ana Flávia Cernic Ramos, João Tesourinha é escrito por Henrique Chaves (cf. RAMOS, In: CHALHOUB, Sidney et alii, 2005, p. 117); já para Heloisa Helena Paiva De Luca, quem assina sob esse pseudônimo é Francisco Ramos Paz (cf. De LUCA, Heloísa Helena Paiva (org.) *Balas de Estalo*. São Paulo: Annablume, 1998, p. 22)

como Ferreira de Araújo, Valentim Magalhães, Henrique Chaves, Capistrano de Abreu e o próprio Machado de Assis, esta série destacou-se por vivenciar e relatar as tensões sociais ocorridas na década de 1880. Através de “balas de artilharia”, ou mesmo de “doces guloseimas” recheadas de leveza e pilhéria, os narradores da série aproveitaram para “estalar balas” “com os homens e com as instituições” que os regiam. (RAMOS, 2005, p. 10)

Pode-se dizer que nesse período, a crônica apresenta alguns de seus traços já cristalizados, recorrentes na produção daqueles que atuavam ocupando a posição de cronista de um jornal, sobretudo depois da experiência de autores como Francisco Otaviano, José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antônio de Almeida, além do próprio Machado de Assis, entre outros (cf. COUTINHO, 2013, p. 124; CANO, 2004, p. 7-11). A brevidade, a informalidade, a busca de assuntos variados tratados de modo aparentemente simples, a coloquialidade da linguagem, o vínculo com o cotidiano e com o jornalismo estão postos nessas primeiras décadas de prática do gênero no Brasil.

Crônica e cordialidade

A crônica propicia, pelas próprias características do gênero, uma espécie de tratamento mais íntimo dos temas que aborda. Parece correto afirmar que ela, mais do que outros gêneros, é propensa a evidenciar os nexos entre as situações formais e informais, que podem ser redimensionadas para pensar a relação da postura pública com a privada. Analisando de modo específico as crônicas de Machado publicadas sob o pseudônimo de Lélío, percebe-se que a informalidade e todos os traços que daí decorrem (linguagem, posição do narrador-cronista, assuntos, formas de abordagem...) podem ser vinculados às raízes da formação histórica brasileira e que esses traços são incorporados à própria composição da crônica, o que pode ajudar a esclarecer a adaptabilidade do gênero ao Brasil e porquê de sua “simbiose com elementos centrais da vida social e cultural do país” (OTSUKA, 2013 mimeo, p. 1).

Essa informalidade pode ser vista na própria relação de Lélío com o leitor, em que destaca, por diversas vezes, sua própria vida cotidiana em meio aos assuntos que abordava. Ele, por exemplo, comentando o código

de posturas da câmara municipal de Santo Antônio de Pádua⁴, diz que, para certificar-se do que lia, deu-o a um criado seu⁵ e a dois vizinhos para que o lessem, ou seja, reproduz no plano do texto publicado no jornal o instante da leitura no ambiente da vida privada. Como se não bastasse, Lélío, já que o criado e os vizinhos confirmaram a leitura que ele havia feito, decidiu por si só “achar-lhe algum ponto em que lhe pagasse” (ASSIS, 1998, p. 308). Atirou-se, então, “à rede”, mas “ao cabo de cinco minutos dormia a sono solto” (Idem, ibidem). E o próprio instante em que o leitor lê a crônica de Lélío é aproximado à vida íntima dele, já que, como Lélío confessou, acordou “agora mesmo para ir jantar” (Idem, p. 309). Trazendo a ideia de quase simultaneidade entre a produção do texto e sua recepção, Lélío, simuladamente, aproxima a forma de realização da crônica ao funcionamento de uma conversa.

Esse tom íntimo com que ele aborda alguns temas é uma forma de mimetizar o comportamento *cordial* presente na sociedade brasileira, conforme estudo clássico de Sérgio Buarque de Holanda e que será desenvolvido com mais detalhes a seguir. Por hora, cabe destacar também que esse tratamento íntimo pode encenar outra dimensão da vida pública do Brasil, mais direcionado ao contexto imediato da publicação da série *Balas de estalo*, isto é, a década de 1880. Segundo Starling (2008, p. 31), “durante a década de 1880, na cidade do Rio de Janeiro, a rua transformou-se no *locus* capaz de fazer convergir acontecimentos e temas da vida política do país e o homem comum”, tratava-se do “fenômeno de reconfiguração política do espaço urbano”. Ou seja, é um momento em que a política parecia estar mais próxima de cada um. Ilusória proximidade essa, pois, como demonstra a crítica citada⁶, naquele momento, projetava-se um sistema político cujo “centro de equilíbrio sustentava-se num sistema constitucional rigidamente oligárquico, que estava longe de conter uma preocupação com a ampliação da participação política dos grupos sociais existentes na condução dos negócios públicos.” (Idem, p. 33)⁷ Sendo assim, mesmo se houvesse “combinação entre esforço adequado e algum sacrifício para mu-

4 Crônica de 11 de outubro de 1885.

5 Fica a curiosidade sobre esse criado alfabetizado de Lélío...

6 Ela analisa a ideia sobre a república que se criava naquele momento. Seu objeto específico na primeira parte do estudo é o conto *Sereníssima República*, publicado pela primeira vez, antes de integrar o livro *Papéis avulsos* (1882) em 20 de agosto de 1882 no mesmo jornal em que a série *Balas de estalo* começaria, no ano seguinte, a ser publicada, a *Gazeta de notícias*.

7 Ganha relevância tal interpretação se considerarmos a reforma eleitoral da lei Saraiva, de 1881, com a qual o número de eleitores caiu drasticamente: 0,8% da população total tinha efetivamente votado (HOLANDA (org.), 2008, vol. 7, tomo II, p. 284-5). Sendo que cerca dez anos antes, em 1872, esse percentual era de 13% da população total. (CARVALHO, 2001, p. 39).

dar de vida (...) a convicção individual não era suficiente para capacit[ar] a agir com reciprocidade e buscar objetivos comuns” (Idem, *ibidem*). Pelas características do contexto

parece tolícer obedecer às regras quando se espera que os demais venham a desobedecê-las e quem, porventura, deixa escapar uma chance de obter algum tipo de vantagem ou benefício pessoal nessa sociedade, ainda que trapaceando suas normas, passa necessariamente por otário. (Idem, p. 34-5)

Talvez não haja nada tão avesso à atividade pública do que o interesse pessoal. Lélío, em diversas oportunidades, evidenciou que o que imperava no contexto em que operava era justamente esse interesse pessoal, e o fez de várias formas. Numa crônica⁸, simula uma visita a “um amigo velho” e se tratava do “Fulano Público” (ASSIS, 1998, p. 243). A situação de intimidade criada permite a conversa sobre temas diversos. Lélío relembra a vez em que o Fulano público declarou sua origem: “Minha genealogia, bradava-me ele há anos, remonta à origem dos tempos. No dia em que houve duas rãs para ouvirem o coaxar de uma terceira, nesse dia nasceu o meu primeiro pai.” (Idem, *ibidem*)

Ele surgiu, portanto, para mediar relações e decidir assuntos alheios. O Fulano Público é contraditório, já que defende os membros da câmara dos deputados que não trabalharam “na semana passada”, segundo ele, porque dois integrantes haviam morrido. Lélío protesta que eles deveriam fazer como fazem em “todas as câmaras do mundo: notícia do fato, alocução do presidente adequada aos méritos do finado, e continuam os trabalhos, que são de interesse público” (Idem, p. 243-4) Esse Fulano Público, que se mostra contrário aos interesses públicos nesse caso, é o mesmo que pede a Lélío, que o havia chamado de “Meu caro Público”, que o chame de “ilustrado[,] (...) respeitável ou digno (...). Nada de adjetivos familiares” (Idem, p. 243). Há um disfarce que precisa da aparência das falas para se estabelecer; no caso específico, dos adjetivos⁹. O Fulano Público defendeu o direito da câmara não trabalhar, contra a argumentação de Lélío de que é de interesse público que eles trabalhem, o Fulano acusa Lélío de falar em nome do pró-

8 09 de abril de 1885.

9 O que faz lembrar outra crônica (de 16 de maio de 1885), em que, a exemplo desta, Lélío cria uma personificação e fala com os “impostos inconstitucionais de Pernambuco” (ASSIS, 1998, p. 259). Nessa oportunidade, Lélío sentenciara: “esta máxima, que é tudo que tenho colhido da história e da política e que aí dou, por dois vinténs, a todos os que governam este mundo. Os adjetivos passam, e os substantivos ficam” (Idem, *ibidem*).

prio interesse. Segundo o Fulano Público, o que Lélío queria, ao defender que a câmara trabalhasse, era poder assistir aos debates: “— Velhaco! Tu o que queres, é que não te tirem o manjar dos debates” (Idem, p. 244). Ele havia incorrido no erro da defesa do interesse particular, contrariando sua “genealogia”, e, em seguida, acusa Lélío de tê-lo feito.

A atuação sempre em nome do próprio interesse foi por diversas vezes tratada nas crônicas de Lélío. Há outra crônica¹⁰, em que discute a aprovação inconstitucional do aumento do subsídio dos deputados, que, ao rebaixarem uma proposta de redução do subsídio, alegam que a redução seria inconstitucional, não podendo, portanto, ser levada a cabo... Nesse texto, Lélío, que se vale de parâmetros da cultura clássica e popular para ironizar a situação toda, comenta que o subsídio não é vencimento propriamente, mas “um modo de suprir as necessidades do representante, para que ele, durante o tempo em que trata dos negócios públicos, tenha a subsistência afeiçoada.” (Idem, p. 44-5) Daí aponta ironicamente a dualidade público/privado. Para “justificar” como a emenda que desconta dos que não comparecerem à câmara é descabida, Machado lembra que não é pelo fato de não ir à câmara que o deputado não estará tratando de negócios públicos. Reforça seu argumento valendo-se do exemplo do grego Arquimedes (287-212 a. C.), “que fez uma descoberta estando no banho¹¹” (Idem, p. 45).

Ao lado disso, diz que a medida de redução inconstitucional do subsídio que teve seu aumento aprovado também inconstitucionalmente “lembra o aforismo popular – mordedura de cão cura-se com o pelo do mesmo cão.” (idem, p. 45) Ele se vale dessa oscilação de referências (da clássica à popular) mostrando, que, onde impera o arbítrio, a justificativa para que a irregularidade continuasse pode ser feita, venha de onde vier, e com isso, mimetiza também uma postura de tipo volúvel e, ao mesmo tempo, explora a tensão entre os parâmetros da cultura clássica e as miudezas locais¹².

Abusa-se dos direitos adquiridos nos cargos públicos, valendo-se deles para benefícios privados. Não só o uso dos direitos públicos, mas também o uso dos bens públicos com interesse particular foi abordado por Lélío.

10 22 de julho de 1883.

11 Refere-se o autor ao famoso princípio de Arquimedes e à lenda que diz que tal princípio foi usado por ele para que o rei Hierão II descobrisse se sua coroa era realmente de ouro puro, tarefa da qual Arquimedes havia sido incumbido e para a qual encontrou a solução observando casualmente o aumento do volume ocupado dentro da banheira com a imersão de seu próprio corpo.

12 Para um estudo que explora a tensão local e universal para redimensionar a relação entre contexto histórico e aproveitamento estético, veja-se “Leituras em competição”. In: SCHWARZ, 2012, p. 9 – 43.

Na quarta parte de uma crônica¹³ dividida em cinco, ele comenta a acusação sofrida pelo presidente de Minas de ter usado a seu serviço os cavalos do corpo policial. João da Mata Machado (deputado na época e depois ministro no gabinete Sousa Dantas) teria explicado o caso dizendo que as iniciais C. P. marcadas nas ancas dos animais não eram abreviações de Corpo Policial, mas de um cunhado do presidente, o Sr. Cunha Prates. O comentário final de Lélío é bem esclarecedor quanto à questão da relação Estado/bens privados:

Realmente o caso explica-se; mas convém mudar o nome de um dos proprietários. De outro modo, pode vir a dar-se alguma coisa análoga às vacas de Jacó; e, sendo em geral o Estado mais forte, os cavalos do Sr. Corpo Policial passam ao quartel do Cunha Prates da província; quero dizer... não... é o contrário... (Idem, p. 52)

A inversão chega a tal ponto que não se distingue mais as fronteiras entre o público e o privado, apenas no limite de garantir-se que os bens privados jamais serão utilizados em benefício público, sempre somente o contrário. Vinculado a essa perspectiva, Lélío se valerá hipocritamente do ambiente familiar para referir um método eleitoral¹⁴. Tratando de eleições na câmara, Lélío dá uma sugestão aos liberais para não perderem: votarem todos no mesmo candidato. O método para decidir qual candidato liberal deveria ser o escolhido para receber os votos é singular (Lélío diz que “parece caçoada”, mas ele jura “que é sério”): colocam-se os nomes, escritos em “papelinhos enrolados” num chapéu, então, chama-se uma menina, que pode ser a “neta” de Lélío; ela tira um nome e esse será o “escolhido para reunir todos os votos liberais. Desde modo, nem se dispersam votos, nem se desrespeita a igualdade política das pessoas.” (Idem, p. 137)

No início dessa crônica, comentando a diferença entre as formas de atingir os eleitores no Brasil e em países com grande número de votantes, Lélío mostra a diferença da dinâmica eleitoral daqui: “Como fazer a mesma coisa entre nós, que somos duas dúzias de eleitores conhecidos uns dos outros? Somos literalmente uma família. Não há discurso, há recado; pede-se o voto ao ouvido, na esquina, ao voltarete, no bonde, à porta de uma loja.” (idem, p. 136) Nesse contexto, é de extrema ironia a frase de Lélío em outra crônica¹⁵, “a família é a base da sociedade” (Idem, p. 199).

13 11 de agosto de 1883.

14 14 de setembro de 1884.

15 09 de janeiro de 1885.

Essa familiaridade se reproduz na forma como os políticos lidam com suas atividades públicas. A “assembleia provincial do Rio de Janeiro” é, por exemplo, “vulgarmente chamada de salinha”.¹⁶ (idem, p. 110) Lélío irá ironizar a familiaridade com que Dr. Joviano Ramos Romero assume a vaga de deputado na câmara.

Uma vez, em Roma, eleito um cônsul por vinte e quatro horas para suprir uma vaga repentina, e saindo alguns senadores a cumprimentá-lo, dizia-lhes Cícero: — Vamos depressa, depressa, antes que ele perca o lugar. A mesma coisa podemos dizer acerca do Dr. Joviniano Ramos Romero, que deve ser hoje reconhecido como deputado e tomar acento na câmara. Não se pode dizer que madrugou, nem que estava ansioso por entrar. Parece até que não espera senão o anúncio da dissolução para ser reconhecido e empossado. (Idem, p. 302)

Logo adiante irá referir-se ao “Sr. Gomes do Amaral [que] entrou [no senado], agora, há pouco, e é como se tivesse entrado em 1826.” (Idem, p. 303) Lélío chega a ser explícito¹⁷: “Por que é que a lei do particular não será a lei do Estado?” (Idem, p. 315)

A crônica leva a espécie de aparente redução de importância dos assuntos tratados, daí um jogo de desnivelamento entre a matéria e sua aparência diminuída, o que a revela ainda mais como uma escrita adequada às dimensões contraditórias da matéria local brasileira.

Pois é a crônica, justamente, o lugar em que se elabora de modo mais acentuado o estilo que se molda pela atmosfera familiar. Sem deixarem de ser características provenientes do modelo europeu, a leveza da expressão e o ziguezaguear na associação de ideias (que a famosa imagem alencariana do colibri condensa – Ao correr da pena, 24/09/1854) não seriam também convenções adequadas para a estilização da informalidade e da arbitrariedade próprias às relações familistas? Publicada nos veículos que, no século XIX, declaravam a intenção pública nos moldes liberais sem efetivá-la, a crônica incorpora à escrita mesma o jogo de conformidades e conveniências da malha familista. (OTSUKA, 2013 mimeo, p. 4)

Além dessa perspectiva apontada por Otsuka e retomando os comentários de Lélío expostos anteriormente, pode-se dizer que o uso privado do que é público, as cerimônias formais tratadas de forma íntimas e particu-

¹⁶ 04 de agosto de 1884.

¹⁷ 06 de novembro de 1885.

lares, o tratamento pessoal com diminutivos (como a “salinha”, como era chamada a assembleia provincial do Rio de Janeiro) todas essas características integram-se ao que Sérgio Buarque de Holanda chamou de cordialidade¹⁸. No capítulo, bastante conhecido, O Homem cordial, de *Raízes do Brasil* (1936) ele define esse perfil. Começa assim:

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. [Estado e família] pertencem a ordens diferentes em essência. Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade. Há nesse fato um triunfo do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo (...). A ordem familiar, em sua forma pura, é abolida por uma transcendência. (HOLANDA, 2002, p. 1044)

Adiante, ele ainda sentencia: “o processo pelo qual a lei geral suplanta a lei particular faz se acompanhar de crises mais ou menos graves e prolongadas, que podem afetar profundamente a estrutura da sociedade” (idem, p. 1044-45). O Brasil caracterizou-se por ser um lugar em que “imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização” (Idem, p. 1048). E essa urbanização não foi resultado único dos crescimentos das cidades, mas também da presença e da comunicação entre os meios rurais e urbanos. Dado esse arcaísmo de nossa formação, não foi “fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público”, assim,

a própria gestão política apresenta-se como assunto de interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. (Idem, p. 1044-45)

18 Para a discussão de como a cordialidade pode ser percebida no romance *Esau e Jacó* (1904) veja-se o artigo “A volubilidade derivada da cordialidade: um encontro entre Sérgio Buarque, Antonio Candido e Roberto Schwarz”. In: *Machado de Assis e arredores: Quincas Borba, Moby Dick e outras ideias fixas: ensaios*/ Homero Vizeu Araújo. – Porto Alegre: Movimento, 2001.

Nada mais oposto a isso do que o que Lélío via no Brasil. Ele falou de cargos e prestação de serviços públicos arranjados a amigos¹⁹ e isso, por vezes, dito de forma assustadoramente explícita. Houve uma crônica²⁰ em que numa discussão entre políticos, um recorda ao outro “alguns serviços que lhe prestou. Entre estes, figura a nomeação de tenente-coronel da guarda nacional, feita a instâncias de S. Ex.” (ASSIS, 2008, p. 264). Torna-se absurdo ainda mais o fato de ser tratado de modo tão natural, o que indica como essa prática – absolutamente contrária ao Estado, como se está vendo – era (e ainda é...) comum no Brasil. Lélío, ao incorporar a naturalidade com que o assunto é tratado pode evidenciar tal processo ao leitor, de modo a desnaturalizar essa perspectiva. Se as nomeações estão reduzidas a “arranjar (...) uma comenda. Lá se vai toda a teoria das graças do Estado.” (Idem, p. 265) Ou nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda, “Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático” (HOLANDA, 2002, p. 1049).

Essa é a dimensão pública da “cordialidade” à brasileira, que, de acordo com o historiador, deve ser tomada em seu sentido etimológico, aquilo que é tão íntimo que provém do *coração* e, por isso, leva a uma “aversão ao ritualismo social” (Idem, p. 1051). Linguisticamente, tal característica manifesta-se em um “pendor acentuado para o emprego dos diminutivos” que “serve para nos familiarizar mais com as pessoas ou os objetos e, ao mesmo tempo, para lhes dar relevo” (Idem, *ibidem*). Um relevo não cerimonial e que crie distanciamento, mas, ao contrário, simule o falso ambiente e a falsa sensação de intimidade que suprimem as distâncias.

Lélío em suas crônicas evidenciou tal traço da dinâmica nacional. Ele o fez não apenas abordando tematicamente situações em que o interesse público foi subsumido em nome do particular. Também na estilização de sua prosa e na sua própria caracterização aparece a encenação desse comportamento político, que se vale da aparência de intimidade das relações para romper e desrespeitar os traços básicos de formação do Estado. Nesse sentido, como referido anteriormente, a simulação de proximidade do cronista, que chega a revelar que acabou de acordar ou que leu determinado texto na rede²¹, serve para representar a *cordialidade*, como definida por Sérgio Buarque de Holanda.

19 03 e 14 de junho de 1885, respectivamente.

20 03 de junho de 1885.

21 11 de outubro de 1885, comentada anteriormente.

Personificação: outra face de um mesmo problema

Essas não foram, no entanto, as únicas formas de Lélío representar formalmente esse traço da dinâmica social brasileira. Machado se vale do recurso da personificação para evidenciar essa característica no plano composicional da crônica. Através desse recurso, toma objetos graves, pertencentes ao aparato público, e os transforma em pessoas com quem tem intimidade ou que têm intimidade entre si.

A câmara dos deputados foi personificada por diversas vezes²². Em uma oportunidade,²³ Lélío simula uma troca de cartas com a presidência da câmara dos deputados. A maior parte da crônica é composta pela suposta resposta recebida por Lélío. Como remetente aparece, em letras maiúsculas, “CÂMARA DOS DEPUTADOS, GABINETE DA PRESIDÊNCIA” (idem, p. 105). Destaca-se o comentário:

Se nas relações pessoais a pergunta: - Como passou? exige logo a resposta: - Bem, obrigado, não acontece a mesma coisa nas relações políticas. Nestas pode haver necessidade de replicar: - E que lhe importa a Vossa Majestade?, resposta a que a coroa treplica dizendo: - Não se zangue; vou mudar o ministério. E basta esta feição possível do diálogo para ver que não se trata aqui de saber se a câmara passou bem ou mal, mas se simpatizou ou não com a família política do Imperador. (Idem, ibidem)

Em outra ocasião²⁴, a câmara dos deputados aparece como uma alma de outro mundo, porque está prestes a ser dissolvida. Lélío começa dizendo que teve um “susto, que não deseje[a] ao [s]eu maior inimigo.” (idem, p. 124) Então conta que desde criança teve medo de almas de outro mundo. Revela então que havia jantado tarde, iria sair às nove horas e deitou no sofá, acabou dormindo, deixaram-no “roncar à vontade” e sonhou que ele mesmo era o senado e que a câmara dos deputados voltava como uma alma penada (havia sido dissolvida) para atormentá-lo em função de uma emenda que tratava do gás. Ela diz, a seu “Senado amigo”: “Tu és o senado, tu és meu irmão gêmeo, que ainda vive.” (Idem, ibidem) e que, portanto, ele teria poder para tal. Os apelos de Lélío em contrário, dizendo que a câmara estava enganada, de nada adiantaram. Ela ainda propôs uma “fusão” (idem, p. 125). Lélío rebate dizendo, que, supondo que ele fosse mesmo o

22 Como em 27 de agosto de 1884 e 30 de janeiro de 1885.

23 25 de julho de 1884.

24 27 de agosto de 1884.

senado, como iria fundir-se com ela, que está “dissolvida. Sabes tu o que é viver atado a um cadáver?” Ao que a câmara responde: “Se eu sei o que é viver atado a um cadáver? Tenho passado muitos dias assim, com ministérios que cheiram a defunto, e vivo bem, discuto, voto, rejeito, interpele...” (Idem, *ibidem*). Quando a câmara desaparece, Lélío afirma que mal teve tempo de escrever essa crônica, pedindo ao senado que aceite ou recuse a fusão logo para que ele não tenha que passar de novo por isso. Desde o início a situação de familiaridade é criada com a simulação do acontecimento em ambiente doméstico. Veja-se também que a preocupação central não está em resolver a demanda, mas em livrar-se do incômodo... A personificação da câmara, que imagina dialogar com o senado nesse mesmo ambiente doméstico vem confirmar a dimensão de fusão (para aproveitar a expressão da crônica) entre o público e o privado.

Em outra crônica²⁵, Lélío, após comentar que todos os anos a câmara proibia o entrudo e, naquele ano, a proibição estava em pleno vigor, e a câmara comunicou que a proibição deveria ser cumprida “literalmente”. Lélío ironiza a situação e personifica a câmara dizendo o que ela quer dizer “em trocos miúdos” (Idem, p. 211).

Isto em trocos miúdos, quer dizer: Meus filhos, olhem que agora é serio. Estou cansada de publicar editais que nem mesmo os ingleses veem. Não, não pode ser. Canso-me em dizer que atirar água é um delito, encrespo as sobancelhas, pego na vara de marmeleiro, e é o mesmo que se caísse um carro. Nada, agora é sério. Hão de cumprir literalmente a postura, ou vai tudo raso. (Idem, *ibidem*)

Além do recurso da personificação, o ar de intimidade e o tom coloquial da fala da câmara também indicam essa perspectiva doméstica e familiar que se coaduna com a *cordialidade*. Esses traços aparecem reforçados em outra crônica²⁶, em que Lélío diz ter recebido uma carta da câmara, que aparece personificada como “D. Sebastiana Municipalidade”:

A minha velha amiga D. Sebastiana Municipalidade escreveu-me a seguinte carta, que me parece interessante.

“26 de dezembro de 1884.

“Meu caro amigo,

“Posso chamar-lhe filho; mas não quero impor-lhe a título de mãe ne-

25 30 de janeiro de 1885.

26 27 de dezembro de 1884.

nhuma obediência contrária à vontade. Leia isto como amigo, e, se lhe parecer que merece a atenção do poder e do público, peço-lhe que o imprima; far-me-á uma esmola.” (Idem, p. 189)

Ela irá reclamar que deve a municipalidade pagar os custos do processo Apulco de Castro (um jornalista negro que foi morto por oficiais do I Regimento de Cavalaria Ligeira do Rio de Janeiro²⁷). Intimidade e amizade são levadas a outra dimensão nessa passagem: a proximidade dos envolvidos chega a tal ponto que passam por familiares “posso chamar-lhe filho”, diz a Municipalidade a Lélío. No entanto, dos laços familiares só é filtrado o que for íntimo e proporcionar aproximação, nada que impusesse “obediência”. Nada que leve à necessidade de respeito à hierarquia advém dessa relação cordial. É tão recorrente e até mesmo clara a imagem dos assuntos públicos tratados em ambiente doméstico e de forma íntima que chegam a nos sugerir que não há consolidação do espaço e do debate público, já que tudo se reduz à familiaridade.

Há variações dos elementos personificados por Lélío. Uma vez, no início de 1885,²⁸ ele simulou ter recebido a visita de alguém fantasiado que se dizia ser o ostracismo com quem conversou longamente. Alguns meses depois²⁹, ele comenta que um desfalque foi descoberto. A partir disso, estabelece que “os desfalques dividem-se em duas classes, os descobertos e os encobertos” (Idem, p. 334). Lélío confessa que teme mais o desfalque do tipo encoberto, que é aquele que “ainda não se levantou da cama”. (Idem, *ibidem*)

Destes é que eu tremo. Não me hão de negar que podem haver alguns desfalques encobertos, agora mesmo, dormindo. Os desfalques deitam-se tarde; passam a noite com amigos, ceia lauta, algumas damas, e recolhem-se de madrugada. Não se admira que se levantem tarde. Lá porque as janelas ainda estão fechadas, não se pode dizer que em casa não há ninguém. Pode ser que haja; e é o que me mete medo.

Um dia destes, abre um deles o olho, estica os braços para sacudir a preguiça, salta da cama e abre a janela. Espanto na vizinhança, que supunha que a casa estava para alugar. Junta-se gente à porta, todos querem ver o dorminhoco; os mais afoitos entram-lhe em casa; outros ainda mais afoitos puxam-lhe pelo nariz. (...)

Contará tudo o que quiserem. Se ele for gordo, andar-lhe-ão em volta,

27 Cf. SANTOS, Joel Rufino dos. O caso do jornalista Apulco de Castro. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, 1996, vol. 116, p. 98-103.

28 04 de janeiro de 1886.

29 03 de março de 1886.

com um metro de alfaiate, para lhe tomar as medidas: tantos de altura, tantos de largura. Perguntar-lhe-ão o que comeu e o que bebeu, e ele não negará nada. A vizinhança cada vez mais espantada, perguntará a si mesma como é que não tinha dado pelo morador. (Idem, *ibidem*)

O processo da personificação ganhou versão interessante em outra crônica³⁰ em que Machado trata dos projetos emperrados na câmara dos deputados. Segundo Lélío, eles ficam em “uma certa sala” nessa câmara que acumulam uma série de “*detriktus* da vida parlamentar”. Ela é visitada algumas vezes pelos Srs. Scully, Tootal, Kemp, e outros dignos súditos de S.M.B. [sua majestade britânica], para contemplarem os papéis redigidos só para inglês ver” (Idem, p. 46). O lugar está tão cheio que não há espaço para que entre um novo integrante. Machado personaliza os documentos atrasados que recebem a nova hóspede, “a Reforma do Senado. Gorda, ombros largos, grandes bochechas, mal podia transpor a soleira fatal.” (Idem, *ibidem*) Os anfitriões lhe garantem que ali ela gozará da “paz eterna”, sempre ficam o que são... Ela se comove e diz que “quaisquer que fossem seus destinos, daria graças aos deuses; e, se tinha de viver entre um povo tão numeroso e pacato, tanto melhor”. E com “essa frase habilíssima conquistou logo as simpatias gerais” (Idem, *ibidem*). Ficamos sabendo que a nova hóspede era filha de Aristodes S. César Zama, deputado liberal baiano. A Reforma do Senado revela um antigo desejo, o de ver seu “eminente avô, o Programa de 69”.³¹ Levam para conhecê-lo e no diálogo que têm, o avô conta que “cansado da vida pública, recolhera-se à vida privada; queria morrer obscuro e tranquilo”. Ele que já havia pedido reforma ou revolução, teria alcançado a reforma com meio soldo, “não queria mais nada” (Idem, p. 47). Ao final, recebem a visita dos Srs. Tootal, Scully e Kemp, que, como súditos de S. M. Britânica, foram contemplar a ambos.

Na segunda parte da crônica, Machado encena um desafio de Lulu Sênior e Zig-Zag, porém durante o duelo, em vez de atirarem um no outro, atiraram para cima e terminaram por se abraçar e se reconciliaram. (Idem, p. 48) Ao programa de 69, junta-se a reforma do senado, e, para Lélío,

30 1º de agosto de 1883.

31 O programa de 69 foi parte de um conjunto de tentativas de reformas divulgadas nas chamadas conferências radicais, que propunham, entre outras coisas, alterações políticas e a abolição. Os agentes políticos envolvidos acabaram fundindo-se sob o ideário republicano no ano seguinte e o resultado da passagem do radicalismo para o republicanism, ao contrário do que parecia à primeira vista, foi um retrocesso (Cf. CARVALHO, José Murilo de. Liberalismo, radicalismo e republicanism nos anos sessenta do século dezenove. Working Paper Number CBS-87-07. Centre for Brazilian Studies: University of Oxford. 92 Woodstock Rd Oxford OX2 7ND).

assim como na década de 1860, a proposta atual não dará em nada. Lélío, através dessa cordial personificação, monta uma trajetória para lembrar-nos dos esquecimentos. Através desse paradoxo, evidencia-se algo que rumo para um impasse, uma situação que não se transforma efetivamente, mas que oscila conforme a necessidade, simulando intimidade e despreensão, assim como a crônica, gênero que lhe dá visibilidade.

Considerações finais

As crônicas de Machado de Assis assinadas sob o pseudônimo de Lélío na série *Balas de estalo* na década de 1880 foram estudadas aqui em suas condições concretas de desenvolvimento para buscar compreender algumas de suas especificidades pela dimensão histórica. Dessa forma, a informalidade na forma de abordar os assuntos, a aparência de despreensão, a linguagem coloquial aparecem como formalização de um traço da vida social e cultural brasileira que é a cordialidade, conforme definido anteriormente. Junto a isso, a crônica apresenta uma natureza dialógica, que busca o diálogo (às vezes irônico) com o leitor.

Tendo o jornal essa dimensão pública, e nele existindo o espaço da informalidade a que foi destinada a crônica, percebe-se que esse espaço em que a dimensão subjetiva podia vigorar, ganhou tonalidades locais no Brasil do séc. XIX. A cordialidade da vida cultural e social brasileira acabou desenvolvendo no gênero crônica características específicas, em que a falta de limites entre o público e privado mostrou-se um traço comum entre a crônica e a matéria local brasileira.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, [s.d.], *Ao correr da pena*. Domínio público. Acessado em 05 de set. 2013.
- ARAÚJO, Homero Vizeu. *Machado de Assis e arredores: Quincas Borba, Moby Dick e outras ideias fixas: ensaios*. – Porto Alegre: Movimento, 2001.
- ARRIGUCCI JUNIOR, Davi. *Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008. (v.4)
- _____. *Balas de estalo*. Org. Heloísa Helena de Luca. São Paulo: Annablume, 1998.

- CANO, Jefferson. Introdução. In: MACEDO, Joaquim Manuel de. *Labyrintho*. Campinas: Mercado de Letras, Cecult; São Paulo: Fapesp, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século dezenove*. Working Paper Number CBS-87-07. Centre for Brazilian Studies: University of Oxford. 92 Woodstock Rd Oxford OX2 7ND.
- CHALHOUB, Sidney; Neves, Margarida S.; Pereira, Leonardo A. M. (org.), *História em cousas miúdas: capítulos de História Social da crônica no Brasil*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2005.
- De LUCA, Heloísa Helena Paiva (org.) *Balas de Estalo*. São Paulo: Annablume, 1998.
- HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 7ª edição. 5 vol. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- _____. Raízes do Brasil. In: *Intérpretes do Brasil*, volume 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- SANTOS, Joel Rufino dos. O caso do jornalista Apulco de Castro. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, 1996, vol. 116.
- STARLING, H. M. M. República das ruas: imaginação literária e republicanismo no Brasil. In: Regina Zilberman. (Org.). *Guimarães Rosa e Machado de Assis: da criação artística à interpretação literária*. 1ed. Erechim: Edelbra, 2008, v. 1.
- SCHWARZ, Roberto. Leituras em competição. In: *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- RAMOS, Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas Balas de Estalo de Machado de Assis*. Campinas, 2010. Doutorado em História – Unicamp.
- _____. *Política e Humor nos últimos anos da monarquia*. Campinas, 2005. Mestrado em História – Unicamp.

Recebido em: 08/09/2013. Aceito em: 28/10/2013.